

Vítor Oliveira Jorge  
[Coordenador]

# CONSERVAR PARA QUÊ?

**8ª Mesa-redonda de Primavera**

*Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
nos dias 26 e 27 de Março de 2004*

PORTO·COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Departamento de Ciências e Técnicas do Património  
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto  
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)  
2005

# DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO FOMENTADAS PELA CRIAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CÔA

por

António Pedro Batarda Fernandes\*

**Resumo:** Num país em que a preservação do património é muitas vezes vista como algo de muito secundário e em que os arqueólogos e outros profissionais relacionados com a área são vistos como “empecilhos” ao desenvolvimento, a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) veio proporcionar uma hipótese de experimentar um outro modelo de desenvolvimento. A implementação de tal modelo visa apostar num tipo de desenvolvimento em que a premissa fundamental reside no equilíbrio entre o aproveitamento e a preservação do património ímpar de arte rupestre do Vale do Côa. Assim, longe de tentar intervir numa paisagem e ambiente entendidos como estáticos ou imutáveis, a aposta passa pelo fomento de um desenvolvimento sustentado, fundado nas realidades concretas e permanentes da região. Apesar de este ser um processo que só no médio e longo prazo produzirá resultados visíveis e consolidados, a verdade é que ele permite conjugar a preservação do património com o desenvolvimento socioeconómico regional. O escoamento dos produtos locais de qualidade (vinho, azeite, mel, amêndoa) ou o aperfeiçoamento de uma oferta turística de qualidade que capte visitantes duma forma continuada e cuja estada na região possa ser o mais prolongada possível são componentes fundamentais num processo de desenvolvimento sustentado e também exemplo das mais valias que tal processo pode criar.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentado; arte rupestre; gestão do património.

**Abstract:** In Portugal, as, for certain, elsewhere, heritage preservation is often seen as something less important. It is not uncommon archaeologists and other related professionals to be perceived as obstacles to ‘Development’. Within this context the creation of the Côa Valley Archaeological Park offered an opportunity to experiment a different kind of development model. The main objective of the implementation of this model was to strike a balance between the use and the preservation of a unique rock art patrimony, inscribed by UNESCO in the World Heritage List. Therefore, far from intervening in a landscape an environment understood as static or unchangeable, the idea was to put into practice a sustainable development model anchored in the concrete and permanent qualities of the region. Despite being a process that only in the medium and long run will generate visible and consolidated results, the truth is that it conciliates heritage preservation with regional socioeconomic development. The promotion of the local quality products (Port wine, wine or olive oil) or the establishment of an excellence tourism offer that can continue to captivate visitors are fundamental components of the implemented sustainable development process and also an example of the dividends such a process might create.

**Key-words:** Sustainable development; rock art; heritage management.

---

\* Arqueólogo no Parque Arqueológico do Vale do Côa (V.ª N.ª Foz Côa).

*“Há uma infinidade de séculos que se sucedem auroras e crepúsculos. Há uma infinidade de séculos que os astros traçam a sua rota. Amassa a terra com cuidado. Pode ser que o torrão que vais trabalhar tenha sido outrora o olho lânguido de um adolescente.”*

Omar Khayyam *Rubaiyat*, XLVIII  
ed. portuguesa (trad. A. César Rodrigues)  
Queluz, Coisas de Ler Edições, 2002, p. 42.

## REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS

Antes de nos debruçarmos sobre o projecto de desenvolvimento sustentado protagonizado pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa, aproveitamos este ensejo para ensaiar uma breve reflexão sobre os processos mentais que nos levam a tentar conservar aquilo que uma memória colectiva julga por bem manter fisicamente. Esta reflexão, que foi suscitada pela participação na Mesa Redonda que originou a elaboração deste escrito, mas também por leituras anteriores e posteriores efectuadas, Marc Guillaume (2003), Margarite Yourcenar (sd) ou Vítor Oliveira Jorge (2003b) entre outros, talvez não diga muito à análise do caso do PAVC que nos propomos efectuar. Contudo, pensamos que por vezes se corre o risco de discutir estes problemas a jusante não se encarando de frente o risco de criar apenas lugares comuns, justificações ontológicas automáticas e classistas, em torno da necessidade de preservar um património cultural particular ou geral. Julgamos pois que uma breve reflexão sobre a essência profunda do intento conservador humano pode contribuir para clarificar não só o papel que a conservação do passado pode desempenhar na sociedade actual, como também para fortalecer um projecto que cremos modelar de desenvolvimento sustentado com base num património ímpar de arte rupestre.

Não pretendemos também furtarmo-nos a uma discussão sobre o que é a memória colectiva, expressão central no debate contemporâneo sobre a conservação e que já terá atingido o estatuto de lugar-comum que por força do muito que pode englobar corre o risco de já pouco significar. Contudo, e por manifesta falta de espaço, diremos apenas que consideramos que a definição de memória simbólica de Guillaume (2003), tal como foi explicitada por Vítor Oliveira Jorge (Jorge, 2003a, p. 22), equivalerá ao que entendemos por memória colectiva. De facto, parece-nos ajustado interpretar o que poderá ser a memória colectiva como algo simbólico, subterrâneo, inconscientemente consciente e universalmente particular. Desenvolvendo, arriscaríamos mesmo afirmar que a memória colectiva se poderá inserir dentro da concepção dos arquétipos do inconsciente colectivo de Jung (2000). Este influente médico e pensador notou que em todas as culturas e sociedades existem arquétipos (formas mentais universais), que,

apesar de se manifestarem de forma diferente em mitos, lendas ou estruturas cognitivo-comportamentais particulares a cada colectividade específica, reflectem anseios e fantasmas universais do ser humano e que terão origem no medo do vazio, no receio do inexorável desaparecimento físico e mesmo espiritual. Assim, a memória colectiva servirá precisamente de sublimação desse receio por meio da tentativa de fazer (sob)reviver um passado que mesmo que aparentemente pouco nos diga hoje, confere profundidade e gravidade à História humana, logo à memória do que somos.

Em última análise, o “conservadorismo” natural ou cultural é dupla e profundamente egoísta. Pretende preservar representações e interpretações presentes (objecto, porém, de contínua reinvenção) de um mundo natural virgem inexistente ou de sociedades há muito desaparecidas, consideradas como significantes para a construção duma memória colectiva no entanto contingente e implacavelmente reciclável. No que concerne ao património cultural, estas representações são símbolos mitificados de toda a gesta existencial do *Sapiens sapiens*. Quanto ao património natural este conservadorismo tem como último desiderato assegurar que o planeta continue a suportar-nos sustentadamente, ou seja, para sempre. O reflexo extremo deste conservadorismo traduzir-se-á na neurose preservacionista contemporânea de que falou Vítor Oliveira Jorge na sua alocução de abertura da 8ª Mesa-Redonda da Primavera (Jorge, 2004). Neurose edaz, centrífuga e centrípeta que acaba por forçar compromissos ‘semi’-aleatórios que destroem, conservam, modificam, reconstituem, descontextualizam e recontextualizam sombras passadas, presentes, e logo futuras, reflexos das nossas interações com o mundo. Mundo esse que não é mais do que, ele próprio, uma representação. Desde Kant (1781), sabemos que o objecto em si é inatingível. O passado está morto, mas o presente, numa acepção ultra-relativista, também não existe em si mesmo, apenas vislumbramos meras representações mais ou menos atabalhoadas desse ou deste real. Contudo, somos de opinião que o passado ressuscita em todas as representações quotidianas do pretérito (histórico, pessoal, familiar, afectivo, cognitivo) que todos nós construímos. Deste processo a Arqueologia ou a História não estão, obviamente, excluídas nem são apenas alegres e inocentes obreiras da reutilização contínua do passado. O passado fez e vai fazendo de nós aquilo que somos hoje, individualmente e colectivamente. Apesar dum certo vazio resultante da voragem pós-moderna ultra-relativista reinante não somos apenas seres caídos de pára-quedas dentro das nossas próprias vidas (apesar de muitas vezes assim nos sentirmos) nem a(s) cultura(s) ou sociedade(s) a que pertencemos nasceram por gestação espontânea. Os nossos avós não são nossos filhos; os momentos da nossa história e da História não existem num turbilhão apenas caótico apenas determinante. Primeiro foi o verbo, ou o voo do grande pássaro, depois...

Assim sendo, este processo conservadorista de preservação do património geneocultural da espécie é uma perpétua negociação entre o que se nos afigura como

o caos natural e a ordem humana, supostamente racional. Este par mais não é do que a tradução maniqueísta duma neurose e desorientação humana patológica e transcendental que transpomos para as nossas representações e translações do mundo ao demandarmos o nosso próprio sentido e desígnio, para alguns (ver Frankl [1984]) a grande força motriz da existência humana.

## INTRODUÇÃO

Glosando um pouco o tema (“Conservar para quê?”) da Mesa-Redonda que deu azo à elaboração deste artigo e transformando-o em “Conservar/Preservar o património em detrimento de...?” gostaríamos de relembrar circunstâncias que alteraram profundamente a forma de encarar a preservação do património cultural em geral em Portugal como também levaram a uma reorganização e revalorização do papel da Arqueologia na sociedade nacional: a decisão política de preservar *in situ* o património de arte rupestre do Vale do Côa em detrimento da construção de uma barragem. De facto, esta decisão implicou que, de forma inédita, se questionasse um investimento importante, característico dum certo modelo de desenvolvimento de tipo “industrialista” (chamemos-lhe assim) que vinha sendo e ainda vem sendo posto em prática, favorecendo a preservação dum património de arte rupestre considerado como extremamente significativo para a Humanidade. A decisão tomada implicou também a aposta num tipo de desenvolvimento sustentado de características algo inovadoras no nosso país; não bastava apenas preservar o património, era também necessário criar uma estrutura que pudesse mostrar ao público em geral, de forma informada, o património que, no fim de contas, todos os portugueses, mesmo os pró-barragem, acabariam por “pagar”.

Da mesma forma, era também necessário tentar fomentar o desenvolvimento local, não como “recompensa” pelo abandono da barragem mas porque o património de arte rupestre era uma oportunidade e um potencial único que poderia servir de mola ao desenvolvimento sustentado de toda uma região de dinâmicas socioeconómicas e culturais bastante frágeis. O modelo de desenvolvimento proposto passou pela utilização equilibrada do recurso “Arte Rupestre do Vale do Côa” que, respeitando o espírito e o corpo deste património no seu natural contexto, não permitisse que os impactos gravosos resultantes da presença de visitantes acelerassem as dinâmicas erosivas já existentes ou motivassem o aparecimento de outras formas de desgaste (ver Fernandes, 2004). Assim, apesar de se oferecer a todos, mediante um sistema de marcação prévia, a possibilidade de visitar este património, foi fixado um limite diário de visitantes que, durante a sua visita, em grupos de um máximo de 8, são sempre acompanhados por um guia que integra a arte rupestre no contexto histórico, natural e paisagístico da região facultando ainda uma interpretação dos motivos gravados. Este sistema de visita

defensivo é complementado pela presença nos três Núcleos visitáveis de vigilantes 24 horas por dia. Paralelamente, apostou-se na promoção e divulgação dos produtos locais e, indirectamente, no incremento duma maior qualificação da oferta turística existente (ver Fernandes, 2003).

## **DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO E A PRESERVAÇÃO DA ARTE DO CÔA**

Antes de entrar em mais considerações talvez seja útil examinar o conceito de desenvolvimento sustentado. Este é um conceito que de tanto ser usado de forma demasiado vaga e abstracta se converteu num dos chavões que povoam o jargão do “politicamente correcto”. Assim, propomos determo-nos um pouco tentando perceber o que se pode entender, na prática, por desenvolvimento sustentado no caso do Côa. A Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento da ONU define este conceito como “desenvolvimento que vai de encontro às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, *apud* Lélé, 1991; p. 611; tradução do autor). Ora, o conceito descrito desta forma genérica pouco ou nada significa; nenhuma directrizes específicas são estabelecidas, apesar da frase conter em si a escala da sustentabilidade de desenvolvimento que se deve considerar. Contudo, se tentarmos aplicar esta definição geral ao caso particular de Foz Côa, poderemos chegar às seguintes conclusões: sendo que o património de arte rupestre é um recurso não renovável (entendido não só como o recurso em si mas também a paisagem e o ambiente que lhe fornecem grande parte do seu sentido fenomenológico) ele deve ser gerido, no que depende exclusivamente da interacção humana, de forma a que a sua perenidade possa ser assegurada o melhor possível; o recurso património de arte rupestre não pode ser visto como apenas um puro factor económico, até porque não tem preço; de modo a respeitarem o espírito do conceito enunciado as estratégias implementadas devem fomentar o desenvolvimento harmonioso concreto da região tentando gerir de forma equilibrada as pressões existentes sobre o território e a paisagem (agricultura, urbanismo, uso recreativo, etc.), garantindo assim não só a possibilidade futura de desfrute do património global de arte rupestre, como também o sucesso da existência continuada de uma oferta turística de qualidade que continue a cativar visitantes e consequentemente a impulsionar as dinâmicas económicas, sociais e culturais da região. Por outro lado, a principal actividade económica da região, uma agricultura de base tradicional, quando devidamente acompanhada, é efectuada de forma não destrutiva para o património além de ser de carácter eminentemente sustentado, produzindo ainda produtos de grande qualidade e notoriedade (vinho do Porto e azeite por ex.). Assim sendo, património natural e paisagístico,

património de arte rupestre em particular e o património arqueológico e arquitectónico em geral (Castanheiro do Vento, Castelo Velho, Freixo de Numão), património de produção tradicional agrícola, são vertentes que potenciam, mútua e reciprocamente, um modelo de desenvolvimento harmónico que, ao mesmo tempo, não compromete a hipótese de gerações futuras continuarem a usar e valorizar estes patrimónios.

### O PAVC COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

Em Portugal os exemplos de desenvolvimento, nomeadamente turístico, não sustentado (mesmo “feitos em cima do joelho”, perdoe-se-nos a expressão...) e edificados em busca do lucro fácil e imediato (o que, em última análise, poderá impossibilitar a sobrevivência de toda esta indústria, num mercado global em que a massificação e a falta de qualidade darão cada vez menos proventos) são sobejamente conhecidos. É por isso que advogamos uma abordagem cautelosa, feita de pequenos passos que se vão seguramente consolidando, nomeadamente na construção de uma oferta turística de qualidade.

No entanto, pensamos que esta é uma boa oportunidade para desmistificar o mito de que os arqueólogos em geral são fundamentalistas anti-desenvolvimento, ou, mais concretamente, que o modelo de desenvolvimento posto em prática no Côa é impeditivo de qualquer tipo de desenvolvimento. Com efeito, nunca foi objectivo do Parque “congelar” o território ou as dinâmicas socioeconómicas de desenvolvimento local. Infelizmente, equipara-se repetitivamente o modelo implementado a não desenvolvimento e classifica-se sumariamente os arqueólogos, em particular os do PAVC, como empecilhos ao desenvolvimento e ao progresso. O objectivo do modelo proposto é precisamente o de criar bases sólidas para um desenvolvimento continuado que tire partido das características notáveis da região, que constituem o potencial exclusivo de oferta de qualidade, o qual vem subsistindo em delicado equilíbrio nesta porção do mundo natural humano (ver Fernandes, 2003; p. 38). No fim de contas, toda esta questão passa pelas opções de desenvolvimento que desejamos ver implementadas no nosso país e mesmo no planeta. Ou queremos um país em que todos os habitantes têm à sua disposição uma auto-estrada entre a porta de casa e os locais de trabalho, de diversão e de férias ou um país em que a rede viária é adaptada a necessidades reais e sustentáveis, constituída por estradas ou auto-estradas bem lançadas e que respeitem o património significativo existente. Ou queremos um país em que se continua a apostar na cultura do vale tudo desde que se consiga vender mais uma sandes e uma (parapraveando a expressão utilizada por Carlos Aguiar, dirigente da Quercus, aquando da construção de uma estrada no Parque Natural do Douro Internacional de grave impacto para a preservação das aves de rapina em perigo de extinção existentes naquela área protegida [Fragoso, 2003]) cerveja ou

que, pelo contrário, aposta numa oferta de qualidade baseada na formação profissional adaptada às necessidades locais e também na preservação do nosso património singular. Seguramente existe um meio-termo entre um país só de campos de golfe, resorts, construção nas dunas e terraplanagem de “territórios arqueológicos” antes que os arqueólogos cheguem e um em que o património cultural e natural esteja escondido de todos, não valorizado e imóvel, sujeito a tentativas precárias, condenadas ao fracasso, de resguardo de todo e qualquer contacto com o mundo.

Como é sabido, o sistema de visita implantado visa precisamente preservar definitivamente o património de arte rupestre não prescindindo, contudo, da sua apresentação pública. Paralelamente, houve uma significativa aposta na promoção, escoamento e incremento da produção local de produtos agrícolas de qualidade, que são vendidos e divulgados nos Centros de Recepção do PAVC. Se o sistema de visita contribui para uma perpetuidade do património de arte rupestre e para a oferta de uma experiência de visita de qualidade que cativa visitantes, a aposta nos produtos locais concorre para que a agricultura tradicional da zona se possa manter dentro dos moldes não-destrutivos actuais oferecendo ainda outras perspectivas de crescimento sustentado.

Quanto a alguns índices interessantes de desenvolvimento já alcançados desde a criação do PAVC podemos destacar o afluxo à região dos cerca de 130 000 visitantes que desde a abertura do PAVC já visitaram as gravuras e dos quais o número de estrangeiros tem vindo paulatinamente a crescer; o facto de que algumas de vários graus de ensino constituem uma grande parte deste número; a criação de cerca de 50 postos de trabalho e atracção de jovens profissionais a esta área do interior (de referir que o concelho de Foz Côa obteve, na última década e segundo o Instituto Nacional de Estatística, a quarta maior taxa de crescimento migratório de Trás-os-Montes e Alto Douro só ultrapassado por Chaves, Bragança e Vila Real); a instituição de diversos empreendimentos (restaurantes de qualidade, albergarias, casas de turismo rural, museus de sítio) que concorrem para a consolidação de uma oferta de turismo de qualidade ou o excepcional acréscimo de vendas da Adega Cooperativa de Foz Côa (ver Fernandes, 2003; p. 32) desde que recorreu a imagens de arte rupestre do Côa e a expressões e nomes ligadas a um imaginário “popular” de arte rupestre na rotulagem, designação e marketing dos seus produtos (ver Fig. 1). Por outro lado, as gravuras são já a imagem de marca de Foz Côa (ver Fig. 2) e a sua utilização integrada na criação e divulgação numa imagem distintiva para a oferta turística global da região é já bastante ampla (ver, como exemplo, a Fig. 3). A um outro nível que também é potenciador do desenvolvimento local encontramos a divulgação e visibilidade nacional e internacional numa região que contém em si dois patrimónios inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO (sendo o Côa o único sítio arqueológico português a merecer tal distinção), a investigação científica levada a cabo ou o reconhecimento internacional e mesmo a aplicação do modelo de visita do Côa noutros sítios de

arte rupestre europeus (Fernandes, 2003, p. 13-14, 23, 28).

Na génese e desenvolvimento do caso de Foz Côa encontramos o confronto entre dois tipos diferentes de desenvolvimento. Mesmo abandonada a barragem, a esperança na implantação dum modelo de desenvolvimento algo ultrapassado, facilitista, gerador de dinheiro fácil e até certo ponto personificado por uma estrutura deste tipo não desapareceu totalmente do espírito da população local e seus representantes. De facto, tudo leva a crer (ver Fernandes, 2003; p. 30-31), que estes apostariam numa espécie de turismo “fastfood”: massificação da visita às gravuras, asfaltagem dos pitorescos caminhos rurais de acesso a pelo menos um dos Núcleos visitáveis, criação *in situ*, ou seja junto às gravuras, de parques de estacionamento o que implicaria, por sua vez, a instalação quase certa e mais ou menos desordenada de barraquinhas de cachorros, farturas e de venda da mais diversa quinquilharia (importada de países cujo preço da mão-de-obra permite aqui obter margens de lucro interessantes) (ver Figs. 4 e 5); enfim apostariam num desenvolvimento turístico não sustentado, contrário à preservação da essência da arte rupestre e mesmo da sua perenidade física. Se é certo que a população local sente que o modelo de desenvolvimento implícito ao sistema de visita implantado não corresponde completamente aos seus objectivos de desenvolvimento, é claro que a completa liberalização do acesso contribuiria decisivamente para fazer perigar a existência continuada do património de arte rupestre, duma experiência de visita de qualidade e das possibilidades futuras de desenvolvimento sustentado para a região.

Obviamente, não consideramos ser a abordagem do PAVC como a única possível, e muito menos, como a solução milagrosa que colocará o Vale do Baixo Côa entre as regiões com maior desenvolvimento (económico, mas sobretudo socio-cultural) do País. Nem tão pouco se assume o papel do arqueólogo gestor do património como sendo o de um *partisan* que luta pela preservação de tudo o que é “arqueológico” a qualquer custo; seremos apenas os fiéis depositários de bens que a todos pertencerão incluindo as gerações futuras. De qualquer modo devemos ser realistas. Num Portugal de grandes desequilíbrios entre litoral e interior, situação que por mais profissões de fé de políticos e governantes se irá manter ou mesmo agravar no futuro mais imediato, esta região será sempre periférica devendo tentar buscar o seu desenvolvimento duma forma endógena e sustentada ou seja valorizando e preservando o seu património ímpar. Por outro lado, convém não esquecer que foi o próprio “subdesenvolvimento” da região que permitiu, tudo o que indica, a preservação “óptima” do património de arte rupestre e mesmo da “sua” paisagem suave e delicada.

Assim e voltando um pouco ao tema da Mesa Redonda, aventaríamos uma hipótese de resposta à pergunta formulada. Conservar também para tentar implantar um projecto de desenvolvimento sustentado (avaliando-o passo a passo e corrigindo falhas que possam surgir) que aposta na preservação e uso equilibrado dum património ex-

cepcional, na oferta de qualidade, no combate à crença num certo fatalismo lusitano; enfim no desenvolvimento sustentado que vai de encontro às necessidades do presente sem hipotecar as do futuro.

Como Turnbridge e Ashworth sublinham, uma gestão harmoniosa do património cultural deve levar em conta que os “recursos (culturais) devem ser mais valorizados do que apenas o seu uso imediato num sistema económico de produção” (Turnbridge e Ashworth, 1996; p. 268; tradução do autor), devendo-se ainda tentar chegar a um consenso entre “sectores económicos, grupos sociais, entidades políticas e, acima de tudo, gerações humanas (...) ao seleccionar hoje o passado que queremos transmitir ao futuro” (Turnbridge e Ashworth, *ibidem*). Realçam ainda que determinar e estabelecer a capacidade de sustentação de um dado sítio (*carrying capacity* em inglês; ver Fernandes, 2003, p. 9-11 e 43) “é um princípio de gestão bem conhecido (e resumido) na questão ‘quantos turistas podem visitar um sítio de património cultural sem danificarem o recurso ou diminuir a utilidade comum da experiência de visita’” (Turnbridge e Ashworth, *ibidem*, p. 269). Estes autores notam ainda que “a resolução de conflitos na gestão do património cultural, em escalas que vão da local à global, (...) é absolutamente fundamental para determinar o nível de harmonia política e cultural que a sociedade humana futura possa atingir” (Turnbridge e Ashworth, *ibidem*, p. 276). Embora seja ingénuo esperar que uma nova ordem mundial verdadeiramente baseada no desenvolvimento sustentado passará apenas pela instituição duma gestão equilibrada e participada do património cultural, este é um componente relevante dum processo de maturação civilizacional que possa conduzir a tal desiderato.

## CONCLUSÃO

A proposta de modelo de desenvolvimento protagonizado pelo PAVC contribuiu para o início do descongelamento dum certo marasmo socioeconómico em que a região vivia. Ao contrário de se idealizar o território, todas as actividades que sobre ele intervêm e as pessoas que nele habitam como existindo num estado cristalizado ou estático a filosofia subjacente ao modelo implementado pretende (e os primeiros frutos já são visíveis) que o potencial humano, patrimonial e paisagístico seja dinamizado, valorizado e utilizado de forma crítica e, claro, sustentada. Se esforço e imaginação são atributos que não faltam aos Portugueses já a capacidade empreendedora é mais rara, preferindo-se muitas vezes, e até aqueles que têm a possibilidade e investir e inovar, que o Estado invista em ou subvencione pequenos projectos que estão fora do serviço público, por assim dizer. Com este modelo pretende-se pois também mostrar que com investimentos relativamente pequenos, mas sensatos e certos, se pode e poderá dinamizar a economia local melhorando assim as condições de vida.

A decisão de preservar e valorizar a arte rupestre do Vale do Côa terá obedecido a um interesse maioritário (nacional e internacional) na construção duma memória colectiva ao proteger representações (no sentido não só artístico mas também da tal construção presente e passada do mundo) emanadas dum pretérito mais ou menos penetrante e longínquo. Estas representações satisfazem precisamente o intento semi-consciente e “egoísta” de conferir profundidade à história humana, de sublimação de medos e anseios, nomeadamente a morte, logo de perpetuação da espécie em todo o seu esplendor de *Sapiens sapiens* (isto é, ser pensante que sabe que pensa). Para cada um de nós esta profundidade é um paliativo sublime que nos ajuda a enfrentar o mundo e a transformá-lo transformando-nos dando sentido à nossa existência individual e colectiva. De qualquer modo, ao valorizarmos a arte do Côa ou, já agora, o património arqueológico ou cultural em geral, devemos evitar unanimismos, quanto a nós perigosos.

A arte do Côa significará (ou não) aquilo que cada um queira que ela signifique, concordando-se em maior ou menor grau com a interpretação ou explicação dos especialistas em arte rupestre, portanto com uma interpretação, até certo ponto, “oficial”. Não quer isto dizer que repentinamente tenhamos sucumbido à voragem ultra-relativista de que falámos acima. Para nós, a arte do Côa é de suma e inquestionável importância comunitária (para a comunidade dos seres humanos) nos domínios cultural, social, estético, simbólico, histórico e ontológico. A arte do Côa testemunha o início da descoberta, compreensão e domínio pelo *Sapiens sapiens* de um mundo que ganha inteligibilidade precisamente em dimensões espirituais, simbólicas e mitológicas que o tal ser pensante que sabe que pensa cria para poder apreender o *seu mundo*, de conquista e progresso, mas também objecto criado por uma razão primordialmente instintiva. A arte rupestre traduz em símbolos teologias de compreensão e domínio, (logo de humanização) dum território natural e das quais conhecemos apenas os ícones já que as mitologias que lhes dão sentido serão hoje impossíveis de apreender, apesar de analogias, às vezes esotéricas, às vezes simplistas, poderem ser estabelecidas com os chamados primitivos actuais. A evolução dos processos, de que a gravação, em tempos paleolíticos, de figuras nos suportes disponíveis é um episódio fundador, pelos quais se desenrolou essa humanização da paisagem, do “não humano” é precisamente um dos mais relevantes e fascinantes estudos que a arte do Côa proporciona.

A necessidade de equilíbrio entre preservação duma memória viva construtora do presente e desenvolvimento económico ou *Progresso* é um dos grandes desafios para a Arqueologia e Gestão do Património durante este século. No fim de contas, não é apenas uma questão cara a estas disciplinas; ela é transversal a toda a sociedade, sendo também a ânsia neurótica conservacionista de que falámos um seu reflexo. A questão é simples e pode ser cristalizada na seguinte interrogação: estamos contentes com o mundo que temos vindo a construir e que legaremos às gerações futuras? Ou por outras

palavras, o planeta responderá sempre às necessidades do desenvolvimento humano ou seremos apenas erva daninha alastrar? Até porque o ritmo de crescimento do consumo – na sua maior parte artificialmente induzido, a bem da saúde do equilíbrio económico vigente – de um planeta que já começa a ficar sobrepopulado, põe seriamente em risco os sistemas naturais de que todos dependemos (Worldwatch, 2004). Existirá um limite, uma capacidade de sustentação máxima do planeta? Pensamos que, se o ritmo de crescimento demográfico actual (aliás, desde o advento da Revolução Industrial, totalmente anómalo na longa duração dos 30, 40 mil anos de história do homem moderno [Frejka, 1973]), e consequentemente de consumo, se mantiver, chegará o dia em que, no limite, todos os rios do mundo estarão já aproveitados hidro-electricamente, todo o espaço disponível estará ocupado por painéis solares e estruturas de energia eólica, todo o urânio, petróleo e gás natural estarão já consumidos; enfim quando toda a força vital da Terra estiver já toda exaurida, não nos restará outra opção do que colonizar outros planetas virgens de forma a assegurar a nossa sobrevivência, tornando-nos assim numa proverbial praga cósmica de gafanhotos. Isto, claro, se continuarmos a ter fé numa noção de progresso ou devir humano sem fim que por mais que tenha sido posta em causa pelo relativismo (“académico”) contemporâneo ainda comanda verdadeiramente o processo produtivo civilizacional...

Talvez o sucesso do tipo de desenvolvimento posto em prática no Côa possa medir até que ponto é que o equilíbrio entre desenvolvimento e sustentação é possível e se seremos capazes de legar às sociedades futuras modelos de desenvolvimento alternativos também fundados numa aliança respeitadora dos patrimónios cultural e ambiental e que estas sintam como sendo primordiais para uma gestão ponderada da nossa relação com o “mundo natural humano”. É pois tempo de levar a carta a Garcia mas também de amassar a Terra gentilmente...

## BIBLIOGRAFIA

- FERNANDES, A. P. B. (2003). O Sistema de Visita e a Preservação da Arte Rupestre em Dois Sítios de Ar Livre do Nordeste Português: o Vale do Côa e Mazouco. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (2). p. 5-47.
- FERNANDES, A. P. B. (2004). O Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Filosofia, Objectivos e Acções Concretas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1).
- FRAGOSO, ANA (2003). Quercus apresenta providência cautelar contra Câmara de Freixo. *Público Local Porto*. 27/03/03, p. 62.
- FRANKL, VIKTOR E. (1984). *Man's search for meaning*. New York. Pocket Books.
- FREJKA, TOMAS (1973). The Prospects for a Stationary World Population. *Scientific American*. 228 (3). p. 15-23.
- GUILLAUME, MARC (2003). *A Política do Património*. Porto, Campo das Letras.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2003a). Alguns tópicos (por ordem alfabética) para entrar no livro. In

- Guillaume, Marc *A Política do Património*. Porto, Campo das Ciências.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2003b). *A irrequietude das pedras: reflexões e experiências de um arqueólogo*. Porto, Afrontamento.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2004). *Património, neurose contemporânea?* <http://patrimonios.blogs.sapo.pt/arquivo/177115.html> (2004-06-21).
- JUNG, CARL GUSTAV (2000). *Os arquétipos e o inconsciente colectivo*. Petrópolis, Vozes.
- KANT, IMMANUEL (1781). *The critique of pure reason*. Translated by J. M. D. Meiklejohn. <http://eserver.org/philosophy/kant/critique-of-pure-reason.txt> (2004-06-21).
- WORLDWATCH (2004). <http://www.worldwatch.org/press/news/2004/01/08/>.
- YOURCENAR, MARGUERITE (sd). *O Tempo esse grande escultor*. Lisboa, Difel.



**Fig. 1** – Produtos da Adega Cooperativa de Foz Côa que fazem uso, na sua rotulagem e designação, dum imaginário popular associado à arte do Côa (Vinhos “Arte do Côa”; “Auroque”; “Ouro Côa”; “Paleolítico” / utilização da imagética de arte rupestre).



**Fig. 2** – Caixotes do lixo de V. N. de Foz Côa.



**Fig. 3** – Cartaz de um estabelecimento hoteleiro numa das entradas de V. N. de Foz Côa.



**Fig. 4** – Animação na principal artéria de V. N. de Foz Côa durante a “Quinzena da Amendoeira em Flor”, um dos maiores cartazes turísticos da cidade.



**Fig. 5** – Vista geral do Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa (SW-NE). Imagine-se o impacto sobre a paisagem e experiência de visita que a implantação do tipo de animação de rua apresentado na figura anterior determinaria, a par da instalação de estruturas de apoio (parques de estacionamento, WC's, cafés ou restaurantes) ou da asfaltagem do caminho rural.

